

Moro diz que seguiu Constituição ao divulgar grampo de Lula e Dilma

Em entrevista a um grupo de jornalistas, publicada neste domingo (30/7) no jornal *Folha de S.Paulo*, o juiz federal Sergio Moro defendeu decisão que divulgou conversa entre Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente Dilma Rousseff, em março de 2016. “Foi seguida a Constituição. Dentro de uma democracia liberal como a nossa, é obrigatório que essas coisas sejam trazidas à luz do dia”, declarou o juiz.

Agência Brasil



“Direito não é ciência exata”, declarou Moro em entrevista publicada na *Folha*.

Agência Brasil

O ministro Teori Zavascki, antigo relator de recursos da operação “lava jato” no Supremo Tribunal Federal (morto em janeiro deste ano), [analisou em 2016 que a conduta de Moro foi “descabida” e “equivocada”](#), pois envolvia autoridade com foro especial e [ocorreu “sem abrigo judicial](#), quando já havia determinação de interrupção das escutas”.

Moro já [admitiu que Lula e Dilma foram interceptados depois do horário](#) no qual havia ordenado o fim das escutas. Ainda assim, na entrevista, ele afirma que “o que aconteceu nesse caso não foi nada diferente dos demais”, pois “as pessoas tinham direito de saber a respeito do conteúdo daqueles diálogos” – na conversa, Dilma afirma que enviaria a Lula um termo de posse como ministro, para ser usado “em caso de necessidade”.

O juiz também defendeu a grande quantidade de prisões preventivas: segundo ele, foi necessário “tomar algumas medidas drásticas” para interromper crimes. Sobre as polêmicas delações premiadas, diz que ajudaram a reduzir a “sensação de impunidade”. Embora colaboradores fiquem menos tempo presos, agora eles sofrem consequências e ajudam a desvendar crimes, na visão de Moro.

Com respostas breves, o entrevistado evitou comentários a políticos e ministros específicos e disse que não falaria sobre a [condenação de Lula](#): “tudo o que eu queria dizer já está na sentença”. Questionado se extrapolou a lei na “lava jato”, respondeu que “o Direito não é uma ciência exata”: “Às vezes, pessoas razoáveis divergem. Faz parte da aplicação do Direito.”

Date Created

30/07/2017